PLANO DE ENSINO

FDCON

DISCIPLINA: DIREITO ADMINISTRATIVO II
(Contratos Administrativos e Licitações)

TURNO: M/N	PERÍODO: 5º	C.H.60

PROFESSOR:

I – IDENTIFICAÇÃO

Curso: Direito

II – Ementa

Objetiva-se explicitar para o aluno as formas jurídicas elementares por meio das quais o Estado estabelece vínculos com os seus administrados, a fim de realizar suas funções constitucionais. Impõe-se, neste ponto, destacar a relevância da compreensão, pelo estudante, das diferenças fundamentais entre atos vinculados e o poder discricionário, sob pena de comprometer o entendimento de formas específicas da ação administrativa. Além disso, faz-se necessário que o estudante tenha conhecimento dos institutos da Licitação e dos Contratos Administrativo.

III – Objetivos da Disciplina

Objetivo Geral:
Demonstrar a unidade do sistema jurídico, de modo a explicitar seu papel social, e construir uma visão inter e multidisciplinar, capaz de fomentar os arranjos entre sociedade e Estado, propiciando ao estudante de direito a compreensão do papel que cabe ao jurista desempenhar.
Desse modo, a disciplina se insere no projeto pedagógico da FDCON de construir uma visão social da realidade, articulando teoria e práxis, que tenha o homem como sujeito das transformações sociais.

Objetivos específicos:

Compreender o conceito de processo administrativo e desenvolver a habilidade de identificar as suas variadas espécies. Analisar o instituto da licitação, compreender seus princípios e identificar as modalidades de licitação. Compreender, de maneira ampla, os contratos administrativos, identificando suas características específicas.

PLANO DE ENSINO

FDCON

IV – Habilidades

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais o aluno será conduzido ao processo de relacionar e aplicar os conhecimentos específicos da disciplina com os demais ramos do Direito, da sociologia, antropologia, dentre outras ciências. A partir de casos práticos e concretos, o aluno desenvolverá a habilidade de aliar teoria e prática, capacitando-se para a interpretação da doutrina, dos textos normativos e do entendimento dos Tribunais em temas que envolvem a Administração Pública, Processo Administrativo, Licitações e Contratos. Será, ainda, preparado para analisar, avaliar e refletir criticamente e de forma autônoma os principais as normas e entendimentos dos tribunais aplicáveis aos temas estudados.

V – Competências

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais o aluno desenvolverá, dentre outras competências, a leitura e compreensão de dispositivos constitucionais e legais referentes à Administração Pública, Processo Administrativo, Licitações e Contratos, assim como a correta utilização da terminologia jurídica referente ao Direito Administrativo, de forma a também aprimorar a capacidade de pesquisa e o uso da argumentação e persuasão jurídica.

VI – Descrição do Conteúdo

UNIDADE I – PROCESSO ADMINISTRATIVO

- Processo e Procedimento
- Processos Estatais
- Sistematização
- Processo Administrativo (processos litigiosos e processos não litigiosos/objeto genérico e objeto específico
- Modalidades
- Princípios:
    - Publicidade;
    - Oficialidade;
    - Obediência à forma e aos procedimentos;
    - Gratuidade;
    - Ampla Defesa e Contraditório;
    - Atipicidade;
    - Pluralidade de Instâncias;
    - Participação Popular;
    - Verdade Material.
- O Processo Administrativo Disciplinar
- Processo Sumário
    - Sindicância
    - Inquérito Administrativo
    - Processo Disciplinar Principal (fases)
    - Meios Sumários

UNIDADE II – LICITAÇÕES

- Conceito de licitação pública
- Princípios que regem as licitações públicas:
  - Igualdade;
  - Legalidade;
  - Impessoalidade;
  - Moralidade e probidade;
  - Publicidade;
  - Vinculação ao instrumento convocatório;
  - Julgamento objetivo;
  - Adjudicação compulsória;
  - Ampla defesa;
- Licitação sustentável.
- Obrigatoriedade da licitação
- Dispensa x Inexigibilidade
- Modalidades de licitação:
- Concorrência;
- Tomada de Preços;
- Convite;
- Concurso;
- Leilão;
- Pregão;
- Regime Diferenciado de Contratação.
- Procedimento
- Sistema de Registro de Preço
- Anulação e Revogação
- Recursos administrativos

UNIDADE III – CONTRATOS

- Contratos da Administração; O contrato administrativo como espécie do gênero contrato; traços distintivos entre o contrato administrativo e o contrato de direito privado
- Características dos contratos administrativos:
  - Presença da Administração Pública como Poder Público;
  - Finalidade Pública; Obediência à forma prescrita em lei;
  - Procedimento Legal; Contrato de Adesão;
  - Natureza *intuitu personae;*
  - Presença de cláusulas exorbitantes (exigência de garantia; alteração unilateral; rescisão unilateral; fiscalização; aplicação de penalidades; anulação; retomada do objeto; restrições ao uso da *exceptio non adimpleti contractus*).
- Mutabilidade:
  - Álea administrativa: alteração unilateral do contrato;
  - Álea administrativa: fato do príncipe;
  - Álea econômica: teoria da imprevisão.
- Rescisão do contrato administrativo

UNIDADE IV – ESPÉCIES CONGÊNERES

a) Convênio: conceito, controle, características, natureza jurídica, disciplinamento
b) Consórcio: conceito, consórcio público, consórcio privado, constituição, contrato, aquisição da personalidade jurídica, contrato de rateio, contrato de programa.

PLANO DE ENSINO

FDCON

VII – Procedimentos Didáticos

Aula expositiva e dialogada, com debates e discussões sobre os conteúdos ministrados, procurando-se testar a consistência dos conceitos e formulações à luz do ordenamento jurídico, dos anseios sociais e das teorias, tanto do direito quanto das demais ciências.
A disciplina procurará fomentar uma visão plural da sociedade e do fenômeno jurídico, de modo que a didática utilizada fomente a compreensão do discente como ser autônomo.
Além desses procedimentos didático-pedagógicos e, visando atender as Portarias MEC nº 343/2020 e nº 544/2020, bem como o Parecer CNE/CP nº 11/2020, as aulas terão as seguintes configurações:
1º Anteriormente ministradas presencialmente, passarão a ser ministradas, na modalidade remota ao vivo pela plataforma "Zoom", no mesmo dia e horário da aula presencial, através das tecnologias de informação e comunicação, com a utilização de ferramentas síncronas (via transmissão online – Webconferências, chats, seminários e debates online, que acontecem em horário previamente agendado) com aula mediada pelo professor, e as ferramentas assíncronas (são aquelas consideradas desconectadas do momento real e/ou atual) como materiais disponíveis e acessíveis no sistema de acesso dos alunos.
2º Todas as atividades estarão disponíveis através de links disponíveis no Portal do Aluno TOTVS, que poderá ser acessadas pelos estudantes a qualquer hora, tais como: material de aula na Plataforma Prezi, testes, tarefas, listas de exercícios, e-mail, arquivos de conteúdo, vídeos, gravação das aulas. Será utilizada uma combinação entre ferramentas síncronas e assíncronas para oferecer uma boa experiência de ensino, permitindo doses certas de interatividade e autonomia do protagonismo dos nossos estudantes.
3º As atividades práticas supervisionadas seguem as regras da Portaria MEC nº 544/2020, conforme Ofício e planilhas encaminhados pela FDCON ao MEC.
4º Durante todo o semestre serão aplicadas Metodologias Ativas, possibilitando ao aluno desenvolver habilidades e competências previstas na DNC e no PPC do curso utilizando:
4.1) A aprendizagem entre pares e times, com formação de equipes dentro de determinada turma para que o aprendizado seja feito em conjunto e haja compartilhamento de ideias;
4.2) Aprendizagem baseada em problemas, construindo o aprendizado conceitual, procedimental e atitudinal por meio de problemas propostos, possibilitando exposição a situações motivadoras, preparando o discente para o mundo do trabalho;
4.3) Aprendizagem baseada em projetos: fazer com que os alunos adquiram conhecimento por meio da solução colaborativa de desafios.

VIII – Recursos/ Materiais/ Locais

Quadro branco, pincel atômico e recursos de multimídia.

PLANO DE ENSINO

FDCON

IX – Avaliação

O discente será avaliado com base na distribuição de 100 (cem) pontos, consistente na aplicação de 4 avaliações, sendo: 1ª Avaliação Parcial: 30 (trinta) pontos, composta de 6 questões objetivas, padrão OAB 1ª Fase, e 4 discursivas, padrão OAB 2ª Fase; 2ª Avaliação Parcial: 30 (trinta) pontos, composta de 6 questões discursivas, padrão ENADE; Trabalho Teórico-Prático: 10 (dez) pontos, cuja realização será feita em equipe, ficando todos os integrantes responsáveis pela análise de um processo real, a ser disponibilizada por cada professor, devendo, todos os integrantes da respectiva equipe produzirem texto escrito, com valor de 5 (cinco) pontos, referente à pesquisa feita do processo real, além de realizarem apresentação Oral análise do processo, com valor de 5 (cinco) pontos; e Avaliação Final: 30 (trinta) pontos, cuja prova reunirá 10 questões de cada disciplinas dogmáticas do período e deverá ter como base as questões objetivas da 1ª fase do Exame de Ordem (OAB).

X – Bibliografia

Básica

- ALEXANDRE, Ricardo; DEUS, João de. **Direito administrativo esquematizado.** – 1. ed. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2015.
- CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de direito administrativo**. – 31. ed. rev., atual. e ampl. – São Paulo: Atlas, 2017.
- COUTINHO, Alessandro Dantas; RODOR, Ronald Krüger. **Manual de direito administrativo.** – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2015.

Complementar

- LIMA, Ruy Cirne. Princípios de Direito Administrativo. São Paulo: Malheiros
- MARINELA, Fernanda. Direito administrativo. –9. ed. – São Paulo: Saraiva, 2015.
- MELLO, Celso Antônio Bandeira de. O Conteúdo Jurídico do Princípio da Igualdade. São Paulo: Malheiros.
- PIETRO, Maria Sylvia Zanella di. Direito Administrativo. São Paulo: Atlas
- PIETRO, Maria Sylvia Zanella di. Parcerias na Administração Pública. São Paulo: Atlas.